

Segurança entra no debate

Outro ponto a ser abordado pelos distritais diz respeito a segurança. De acordo com o procurador da UnB, Roberto Aguiar, até agora, a força policial do Distrito Federal tem se ocupado mais em defender os Poderes e os patrimônios da cidade do que propriamente a população. Com a autonomia, ele considera necessário que se repense esta questão cuidadosamente. Para isso, a Lei Orgânica deve propor uma "polícia prioritariamente preventiva, que faça parte do povo e não seja apenas um braço do poder". Para Roberto Aguiar, a "segurança oficial se confunde com a própria violência, não havendo possibilidade de distinção clara en-

tre a repreensão oficial e a violência delinqüencial".

Aguiar defendeu a necessidade da Lei Orgânica assegurar ao servidor público os direitos de qualquer outro trabalhador. "Os distritais podem dar uma garantia de sobrevivência aos servidores, que atualmente são reféns dos jogos políticos. Se por um lado o Governo determina a livre negociação para o trabalhador de empresa privada — que não tem dado resultado —, não admite negociação em seus próprios quadros, porque quem reivindica alguma coisa logo é ameaçado de demissão ou de ser colocado em disponibilidade", disse.